

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

COMEÇA A LUTA PELO ACORDO 2013

SINDÁGUA, Senge e Saemg iniciaram as discussões com a Copasa sobre a Pauta de Reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo 2013.

Em reunião realizada no dia 23, foram esclarecidos pontos da pauta solicitados pela comissão patronal na mesa de negociações.

As direções dos sindicatos cobraram da Copasa uma resposta de forma mais rápida às reivindicações, já que a categoria apresentou a pauta com grande antecedência, facilitando o tempo de análise da empresa.

Na segunda semana de maio devemos conhecer o INPC de abril e o índice dos 12 meses acumulados, que servirá de base mínima para o reajuste dos salários.

Já na primeira reunião, argumentamos à comissão patronal que a empresa goza de um momento muito bom e que tem plena condição de atender os trabalhadores.



TERCEIRIZAÇÃO: Copasa contrata assessoria externa para a mesa de negociações

A direção da empresa não confirmou as datas das próximas reuniões, mas entendemos que novo encontro deve acontecer após o 1º de maio.

A Copasa MENTIU em boletim distribuído à categoria!

Rápida no gatilho! Mal acabou a primeira reunião de negociação, a Copasa disparou poucas horas depois um boletim chamado "Cenário Sustentável", onde distorce informação com o objetivo de causar preocupação nos trabalhadores.

Informa que uma ação sobre PCCS poderia dificultar "novas movimentações" de enquadramento. Começou dizendo que o "Sindágua vai à justiça antes da primeira reunião de negociações", como se estivéssemos radicalizando antes de qualquer entendimento. A empresa, apesar de vários anos sendo cobrada, não corrige as distorções e a justiça é o lugar legítimo de buscar os reparos.

Na verdade, o Sindicato (veja matéria na página 2) ingressou na Justiça contra a política discriminatória e irregular por classificação por porte de cidades, que prejudica

milhares de trabalhadores, cumprindo exigência da categoria de defender a isonomia de direitos. Arguimos também que ela deve apresentar todo o PCCS e tabela salarial na Justiça, pois o documento ainda não está gado no Tribunal Regional do Trabalho, o que permite que a empresa use e abuse da contratação de terceirizados, de inúmeros assessores com salários vultosos, enquanto os trabalhadores ficam na fila sem qualquer perspectiva de crescimento



na carreira.

A pauta de reivindicações da categoria é composta de 35 itens e nem todos dependem de enquadramento segundo o PCCS. Qualquer desculpa para afirmar dificuldades nas negociações significa apenas a má intenção patronal de tentar levar nossas negociações para um impasse.

As informações confiáveis para os trabalhadores são as do Sindicato, através dos boletins Registro e Jornal SINDÁGUA. Tudo que vier para provocar instabilidade e desmobilizar os trabalhadores será entendido como interferência e crime contra a organização sindical, cabendo as medidas necessárias para defendermos nossos direitos com a liberdade que a Constituição Federal nos permite em um País democrático.

Sindicato entra na justiça contra a política de porte

O SINDÁGUA entrou com ação no Tribunal Regional do Trabalho contra a política da Copasa de classificação de função e salários segundo diferenças de porte dos municípios, que vem prejudicando severamente o nível de salários dos trabalhadores em todo o Estado.

A ação foi distribuída para a 18ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte e marcada audiência para o dia 6 de maio.

Uma política de pessoal transparente

A Copasa vem, ao longo dos anos, sendo administrada em sua política de pessoal sem cumprir preceitos de um Plano de Cargos e Salários regularmente registrado em instância do Ministério do Trabalho, fugindo ao que determina a Lei 461 da CLT e da Súmula 6 – I do Tribunal Superior do Trabalho. Em

função disto, pratica uma série de irregularidades que caracterizam a falta de isonomia de direitos, de salários iguais por funções iguais nas várias unidades da empresa dentro do Estado. A empresa não tem política de promoções por merecimento e antiguidade, praticando tratamento diferenciado e discriminatório, já que os gerentes da capital e do interior, independentemente dos portes, recebem a mesma remuneração. Os trabalhadores da capital recebem salários melhores do que os do interior, apesar de exercerem as mesmas atividades e funções, como, por exemplo, os companheiros operadores de estações de tratamento de esgoto (ETE).

Na ação judicial encaminhada pelo Sindicato foi solicitado que a empresa seja intimada a juntar os documentos do PCCS e escala salarial dos trabalhadores e gerentes.

Corte na tarifa de energia e reajuste na de água e esgotos beneficiam a Copasa

A situação financeira da Copasa teve uma evolução considerável em 2012 e se prepara para um grande salto a partir deste ano. Vários fatores se conjugam para que os resultados operacionais e financeiros da empresa sejam convertidos em larga margem de lucratividade já nos próximos meses.

De cara, temos um grande benefício com a redução média de 18% nas contas de energia elétrica e de quebra um reajuste "médio" de 5,25% autorizado pela Arsae, agência reguladora. A empresa fala em um cadastro de 700 mil famílias beneficiadas pela "tarifa social" e na resolução da Arsae consta o parágrafo 2º, alentador para a expectativa de lucro da empresa:

"Art.2º - A cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário será graduada em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada um dos usuários".

No anexo divulgado pela Arsae existem sete classes de consumo e tarifas que evoluem de acordo com o

volume de água consumida, situação que estabelece índices tarifários muito vantajosos para a empresa. Isto equivale dizer que os grandes consumidores e os da classe comercial e industrial alavancam em muito a arrecadação da Copasa com um nível elevado de consumo. Mesmo na classe residencial, é muito difícil o consumo



até limite de 6 m3, que estabelece tarifação menor, haja vista a grande necessidade da população mais pobre com lavagem de roupa e higienização em situações mais precárias de moradia. A tarifa

social acaba sendo apenas "um retrato na parede" dentro de um volume gigantesco de consumidores em todo o Estado.

Houve um aumento de apenas 5 municípios operados pela Copasa na distribuição de água de 2011 para 2012, atingindo 625 concessões. No esgotamento sanitário o salto foi melhor, de 225 para 277. Apesar deste avanço, os estudos do Dieese demonstram que os bons resultados colhidos pela empresa se devem ao crescimento da produtividade. Em 2008, havia 2,24 trabalhadores para cada mil ligações de água. Este número caiu para a relação de 1,96 trabalhadores para cada mil ligações de água em 2012, o que demonstra que os trabalhadores tiveram sua produção aumentada.

Vários pontos de análise de eficiência dos trabalhadores serão demonstrados nas negociações com a empresa, apesar de trabalharmos em condições cada vez mais adversas, com equipamentos sucateados e sobrecarga de trabalho.

Pontos vitais para um acordo coletivo esperado pela categoria

Os trabalhadores mais uma vez mostraram seu nível de maturidade quando a categoria discutiu a formulação da “Pauta de Reivindicações” que começa a ser discutida com a Copasa visando o Acordo Coletivo 2013.

Organização da empresa e da categoria

A categoria mantém grande preocupação com a questão institucional e organizacional da empresa e o resguardo de condições de crescimento.

Há muitos anos que os trabalhadores buscam uma maior participação no processo de gestão da empresa, sendo uma das principais medidas a reivindicação para que possamos eleger um representante no Conselho de Administração da Copasa.

Na preocupação com o emprego e manutenção dos direitos conquistados, uma das lutas mais

importantes é o fim da contratação de serviços de empresas terceirizadas, cumprindo o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Trabalho e impedindo a ação predatória de gente que não tem compromisso social com o saneamento e só busca o lucro fácil. Exatamente por isto que reivindicamos a reposição do quadro de trabalhadores através de concurso público e melhoria das condições de trabalho, resgatando a empresa em sua estrutura e equipamentos, para a garantia dos serviços de qualidade.

Reajuste dos salários e benefícios

Além do reajuste pelo INPC acumulado de maio/2012 a abril/2013, a categoria reivindicou um ganho real que reflita os 10,31% de crescimento da receita operacional da Copasa, considerando ainda um percentual de produtividade relativo ao crescimento da empresa em 2012. Estudo do Dieese demonstra que a produtividade medida pelo lucro líquido evoluiu 66,7% de 2008 a 2012.

Outra importante reivindicação dos trabalhadores aponta para a necessidade de mudar a política de pagamento da Participação nos Lucros, fazendo incidir os 25% destinados aos trabalhadores sobre o mesmo percentual destinados aos acionistas, ou seja, 25% sobre 35% distribuídos, como vem acontecendo.

Atualizar os benefícios à realidade

A categoria reapresenta a reivindicação para que os benefícios sejam reajustados pelo dobro do INPC acumulado nos últimos 12 meses. Numa preocupação de isonomia de direitos, a categoria reivindica a extensão da cesta de natal a todos os companheiros, manutenção da cesta básica durante período de afastamento médico, cesta básica com isenção de participação dos trabalhadores, vale transporte para todos, ampliando a cobertura para 100 quilômetros e implantação do vale combustível, extensão do auxílio educação para dependentes até o 3º grau, pagar até os 7 anos o valor pago hoje até os 2 anos de crianças a título de auxílio-creche, mantendo o direito em momentos de afastamento.

Melhoria na política de recursos humanos

Apesar do importante avanço em 2012, a categoria volta a reivindicar a melhoria do piso salarial na empresa, indicando o valor de R\$ 1.560,00 a ser atingido. Junto com esta necessária melhoria até mesmo para contrapor a maior evolução do salário mínimo, a categoria mantém como uma das principais reivindicações o reenquadramento salarial dos técnicos, alteração da classificação de serventes como oficiais após três anos na atividade, adequação e valorização dos trabalhadores em nível médio e inclusão das progressões horizontais no Plano de Cargos e Salários, estabelecendo critérios de promoção por mérito e antiguidade. As

reivindicações de peso em relação ao PCCS são o reajuste da curva na tabela salarial e o fim da política de porte. A categoria reivindica a implantação da jornada de 6 horas.

Uma das principais preocupações manifestadas pelos trabalhadores refere-se ao equilíbrio e manutenção da Copass Saúde, cobrando a apresentação do plano de unificação dos planos de baixo e alto risco, considerando o alto nível de endividamento familiar com os custos de saúde. Ainda sobre a Copass, os trabalhadores reivindicam aumento da cobertura para atendimento de doenças degenerativas e progressivas, como o mal de Parkinson.

Mobilização da categoria

Todos estes pontos estão disponíveis para consulta pelos trabalhadores na página do sindicato na internet (www.sindagua.com.br). O Sindicato circulará boletins sempre após cada rodada de negociação, além de colocar imediatamente a evolução das discussões na internet. Todos devem ficar atentos ao processo de negociação e às eventuais convocações para assembleias e reuniões nos ambientes de trabalho. A mobilização da categoria é fundamental para evoluirmos em nosso acordo coletivo.

1º MAIO DIA DO TRABALHADOR

Sindáguia MG

Dia de luta pelo desenvolvimento com trabalho, renda e direitos

Dia da consciência da luta pelos direitos

1º de maio, dia do trabalhador, representa a nossa "database" de luta pela melhoria dos salários e das condições de trabalho. O dia consagrado universalmente aos trabalhadores homenageia a memória de companheiros levados à morte em sua luta pela redução da jornada de trabalho.

No Brasil, tivemos uma efervescência de lutas após a 1ª Guerra Mundial, sobretudo nos anos 20, que culminaram com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na verdade, conquistada nas ruas pela mobilização operária.

A data foi sendo gradativamente transformada de sua origem de protesto por melhorias nas condições de trabalho para eventos festivos, até mesmo com o patrocínio patronal e de governos autoritários e perversos com os direitos dos trabalhadores.

A ditadura se estabeleceu no País justamente para impedir o avanço das conquistas sociais pela classe trabalhadora, que tinha expectativa de um governo para todos com João Goulart. O golpe foi dado não apenas para assumir o poder, mas também atingiu a consciência da população, que foi manipulada com um "milagre econômico" durante o governo verde oliva, em que o culto patriótico e ufanismo convivia com a carnificina nos porões,

o crime contra a cidadania e o direito à justiça.

Este espírito de luta coletiva só foi possível muito recentemente de forma aberta, sob a égide da democracia, mas se estabeleceu também pela coragem das lideranças sindicais, que fizeram e mudaram a história deste País no caminho da liberdade.

Cada direito que temos foi conquistado. Nada foi dado pela "bondade patronal". Dependeu de sacrifício de companheiros na luta, de passeatas, de mobilizações, greves, capacidade de negociação coletiva. Gratificação de férias de 90%, quinquênio, anuênio, auxílio-creche, cesta básica, ticket alimentação, Participação nos Lucros, Gratificação para Dirigir Veículos, ganhos reais de salários, planos de saúde e previdenciários e tantos outros direitos são resultados de luta. Quem entra na empresa agora acha isto tudo... e tudo isto se deveu à luta dos companheiros no sindicato organizado.

O 1º de maio continua sendo a data de cultuarmos o nosso grito pela justiça, pelo direito de igualdade social e de reduzirmos as diferenças de classe através de ações abertas, sem repressão e que tenham um acolhimento justo.

1º de maio é o nosso dia do trabalhador.

Saudamos todos os companheiros de luta solidária e coletiva.

Trabalhadores ameaçados com retorno da Emenda 3

Volta ao Congresso Nacional a grande ameaça da "Emenda 3", derrotada pela mobilização nacional dos sindicatos, mas que retorna para vampirizar o direitos das categorias profissionais.

Apesar de o Congresso Nacional ter promulgado a Emenda Constitucional - PEC 72/2012 - PEC das Domésticas que institui a paridade de tratamento entre assalariados, de estender aos empregados do lar os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, surge na Câmara dos Deputados uma ameaça aos direitos dos trabalhadores. O deputado Arthur Maia (PMDB-BA)

voltou a apresentar a mesma ideia da Emenda 3, tentando incorporá-la no Projeto de Lei (PL) 4.330/2004 para regulamentar a terceirização.

A tentativa é a mesma: permitir a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica. Ou seja, cada trabalhador seria constituído como uma empresa individual e não teria mais direito a carteira de trabalho, não recebendo mais salário e precisando emitir nota fiscal para receber pela prestação de serviços. Ficaria estabelecida a "pejotização", cada trabalhador teria um CNPJ, empresa de um homem só.

Será necessária nova mobilização intensa do movimento sindical para barrar mais este crime contra os trabalhadores no Congresso, para que os direitos celetistas não sejam definitivamente perdidos.

